

Guia Eleitoral 2025 – Tema: Trabalho

Aliança Democrática

- Aumentar o salário mínimo para cerca de 1 100 € até 2029
 - Articular formação profissional com apoios à contratação de jovens
 - Reforçar a transição (mesmo temporária) entre regimes de horário e trabalho remoto
 - Flexibilizar a duração da semana de trabalho e ajustar remuneração
 - Maior flexibilidade no gozo de férias a pedido do trabalhador
 - Definir critérios mínimos para publicação de portarias de extensão de convenções coletivas
-

Partido Socialista

- Aumentar o salário mínimo em ≥ 60 € por ano (até 1 110 € em 2029)
 - Reduzir gradualmente a semana de trabalho de 40 h para 37,5 h
 - Valorizar o trabalho suplementar e rever o conceito de retribuição mínima mensal garantida
 - Alargar e partilhar licença parental; aumentar dispensa para amamentação de 2 h para 4 h diárias
 - Criar mecanismos de substituição rápida de quem goza direitos de parentalidade
 - Desenvolver Rede Nacional de Espaços de Teletrabalho/Coworking com autarquias
 - Racionalizar o IFICI e promover alternativas ao lay-off em crise empresarial
 - Reforçar proteção social dos trabalhadores domésticos e das plataformas digitais
 - Regulamentar uso de algoritmos e IA; atualização anual de salários na função pública
 - Concluir revisão de carreiras (administração pública e SNS) garantindo progressões por mérito
-

Bloco de Esquerda

- Reforma antecipada com 40 anos de descontos e subsídio de 30% para trabalho em turnos
- Impor tetos salariais em grandes empresas (administrador vs. trabalhador)
- Semana de trabalho de quatro dias

- Salário mínimo de 1 000 € em 2026
 - Substituição de outsourcing por contratos de trabalho direto
 - Obrigatoriedade de subsídio de refeição no privado
 - Combate à “exploração” nas plataformas digitais
 - Restabelecer subsídios de desemprego e compensações por despedimento pré-Troika
 - Englobar prémios no IRS/TSU e devolver 3 dias de férias (25 dias/ano)
 - Limitar contratação a prazo e ajustar período experimental para jovens
 - Participação de trabalhadores em órgãos de gestão em empresas \geq 250 empregados
-

Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Salário mínimo a 1 000 € em julho 2025, com trajetória até níveis da zona euro
 - Aumento geral de salários em 15% (mínimo de 150 €) e valorização de carreiras na administração pública
 - Revogação da caducidade da contratação coletiva
 - Semana de 35 h / 7 h diárias sem perda salarial
 - Limitar desregulação de horários, turnos e laboração contínua
 - Direito a subsídio de refeição diário e 25 dias úteis de férias para todos
 - Condições especiais para profissões de desgaste rápido
 - Vincular todos os trabalhadores da administração pública por contrato efetivo
 - Garantir que a semana de 4 dias não aumente a jornada diária nem reduza salários
 - Restabelecer pagamento de trabalho suplementar e compensações por despedimento
-

Pessoas–Animais–Natureza (PAN)

- Elevar o salário mínimo para 1 130 € até 2029
- Generalizar a semana de 4 dias e incentivar teletrabalho
- Garantir 25 dias de férias (30 dias para \geq 60% de incapacidade)
- Licença parental inicial de 6 meses intransmissíveis, remunerada a 100%
- Prolongar licença parental por mais 180 dias a 80% de remuneração

- Dobrar a licença de amamentação obrigatória para 2 anos
 - Subsídio de doença 100% para trabalhadores oncológicos ou com doenças de impacto económico
 - Incentivos fiscais para modelos sustentáveis (teletrabalho, horários reduzidos)
 - Direitos reforçados para trabalho noturno e por turnos; incentivo à contratação sem termo de estagiários
 - Semana de 35 h; dispensa no dia de aniversário; celebração de feriados que calhem em fim de semana
 - Acréscimo de 1 dia útil de férias por cada 5 anos após os 50
 - Proteção alargada no subsídio de desemprego no serviço doméstico
-

Chega

- Redução da componente letiva e garantia de Medicina do Trabalho para professores
 - Contrato de trabalho obrigatório para imigrantes, com quotas
 - Incentivos fiscais a empresas “family-friendly” (horários flexíveis, teletrabalho, creches)
 - Igualdade de direitos de maternidade/paternidade para independentes
 - Aumento do salário mínimo para 1 000 € em 2026 e 1 150 € em 2029
 - Promoção do trabalho remoto e contratos “zero horas” para desempregados e reformados
 - Linha de apoio à contratação de estagiários para ingresso nas Ordens profissionais
 - Estudo de profissões de desgaste rápido
 - Incentivos à contratação de jovens, desempregados de longa duração e emigrantes
 - Recibos de vencimento com informações detalhadas e horário flexível ajustável entre progenitores
 - Trabalho suplementar pago a 100% e isento de IRS/SS; redução de 50% de IRS/SS sobre subsídio de turno
-

Iniciativa Liberal

- Incentivar participação no mercado de trabalho de reformados
- Aumentar matérias sujeitas a negociação coletiva e individual

- Regime de “flexisegurança”: maior flexibilidade de entrada/saída e apoio ao desemprego
- Mecanismos de flexibilidade horária por acordo entre empregador e trabalhador
- Negociação individual para redução/aumento de horário (± 2 h/dia, 50 h/semana, 150 h/ano)
- Banda para salário mínimo com referências a indicadores
- Aviso prévio reduzido a 2 semanas para denúncia pelo trabalhador
- Opção de receber subsídios de férias e Natal em dois momentos ou mensalmente
- Exibição do custo total do trabalhador no recibo de vencimento
- Atualização da lista de doenças profissionais
- Licença inicial de seis meses a 100% partilhada entre progenitores
- Isenção de rendimentos para trabalhadores-estudantes independentes

Livre

- Licença climática remunerada de 2 dias anuais
- Remuneração de faltas para assistência a familiares, incluindo paliativos
- Licença parental complementar e de assistência a filho válidas até aos 18 anos
- Aumento do subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica
- Apoio à parentalidade de trabalhadores precários equiparado ao dos contratados
- Redução do horário de trabalhadores com filhos até 3 anos
- Baixa a 100% para grávidas em licenças não de risco
- Licença parental de 16 meses (gradual)
- “Licença para Saúde”: 6 dias/48 h anuais pagos pela entidade
- Retribuição Horária Mínima Garantida para independentes; salário mínimo a 1 250 € em 2029
- Representação obrigatória de trabalhadores na gestão de empresas > PME
- Novas convenções coletivas sem regime de caducidade
- Redução de horário em comércio e serviços até 22 h; encerramento aos domingos/feriados
- Redução voluntária do horário com idade sem perda de rendimento
- Limitar trabalho por turnos/noturno a atividades essenciais, com compensação

- Semana de 30 h (35 h imediatas) e 30 dias de férias (25 imediatos) até 2030
 - Semana de 4 dias no privado e público (piloto)
 - Facilitar despedimento com justa causa e incluir subsídios em rescisões
 - Erradicar estágios não remunerados, falsos recibos-verdes e falsos estágios
-

Espero que ajude a comparar as propostas de forma clara e objetiva!